



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 134.º-A

Campanha ECOGOTA - Práticas sustentáveis para o Uso Eficiente da Água no Setor Urbano

1. O Governo procede à atualização do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, num contexto de uso eficiente da água para preservar e gerir eficientemente os recursos hídricos de Portugal.
2. A par do disposto no número que antecede, o Governo disponibiliza verba à Agência Portuguesa do Ambiente para que estas, em conjunto com associações de cariz ambiental, promovam ações de sensibilização de âmbito nacional direcionadas para o setor urbano, visando a promoção da utilização racional da água, assim como em relação aos inerentes impactes ambientais e económicos.



Nota justificativa:

Os recursos hídricos, por serem essenciais ao Desenvolvimento Sustentável em todas as suas dimensões, social, económica e ambiental, são, hoje em dia, paralelamente aos recursos energéticos, uma das grandes questões estratégicas que se colocam a nível global.

As crescentes necessidades de água e a limitação dos recursos hídricos exigem que tanto o planeamento como a gestão da utilização e do domínio da água se façam em termos racionais e otimizados, devendo integrar-se na tomada de decisão e na construção de políticas de desenvolvimento, numa lógica quer global, quer local.

O uso eficiente da água depende em grande parte de medidas relacionadas com a alteração de comportamentos associados ao uso deste recurso, e não apenas do acesso a dispositivos e equipamentos mais eficientes, que implicam por vezes investimentos expressivos sem significar uma maior eficiência no uso da água.

Tendo isto em conta, devem-se considerar três cenários distintos para o sector urbano:

1. Sistemas prediais e de instalações coletivas (ex.: sistemas de abastecimento a edifícios (unifamiliares ou multifamiliares) e instalações coletivas, como escritórios, edifícios públicos, centros comerciais, hotéis, restaurantes, universidades, escolas e creches, instalações desportivas, hospitais, terminais aéreos, rodoviários e ferroviários;
2. Dispositivos em instalações residenciais, coletivas e similares (ex.: autoclismos, chuveiros, torneiras, máquinas de lavar roupa e louça);
3. Usos exteriores (ex.: rega de jardins ou de zonas relvadas, lavagem de pátios e acessos, enchimento de piscinas a lavagem de veículos).

Pelo exposto, conclui-se que os próximos desafios na utilização racional da água em Portugal incluem a execução de campanhas de sensibilização para o uso consciente e sustentável de água, essencial num contexto de escassez que desafia a disponibilidade de recursos.



Pretende-se assim pugnar por uma boa gestão da água por parte das famílias portuguesas, num contexto de desenvolvimento integrado e harmonioso e numa perspetiva de sustentabilidade e competitividade.

São Bento, 11 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro -  
Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso - Rui Paulo  
Sousa